

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

20 de julho de 2016

Edição 186

17 candidatos são aprovados na prova oral do concurso para ingresso na Magistratura

A quarta etapa do concurso público para ingresso na carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina, consistente nas provas orais, foi encerrada na tarde do último sábado (16/7) e marcada por alívio e comemoração. As feições tensas desde o início das provas, na manhã de quinta-feira (14/7), deram lugar a sorrisos, e 17 dos candidatos classificados para esta etapa foram aprovados. Neste último dia, em sessão aberta ao público no auditório do Pleno, os quatro candidatos restantes foram sabatinados pela banca examinadora, composta pelos desembargadores Ronei Danielli (presidente da Comissão Examinadora), Rodrigo Collaço e Carlos Adilson Silva, pelo juiz de 2º grau Eduardo Mattos Gallo Júnior, pelo juiz Sérgio Junkes e pelo advogado Leandro Gornicki Nunes, membro da Comissão indicado pela OAB/SC. O desembargador Rodrigo Collaço manteve o ar de descontração do ambiente, na expectativa de dar segurança emocional aos candidatos. “O nível dos candidatos,



muito bem preparados, esteve bastante alto, e com certeza todos trarão grande contribuição para o Judiciário catarinense”, resumiu Collaço. As arguições foram finalizadas próximo das 17 horas, após o que teve início a sessão pública de abertura dos envelopes contendo as notas da prova oral, que foram computadas e, em seguida, proclamadas pelo presidente da Comissão Examinadora. A próxima etapa será a prova de títulos. Após, os candidatos passam a frequentar o Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, comandado pela Academia Judicial, com previsão de início em agosto e

duração de quatro meses, no qual irão aperfeiçoar e desenvolver os conhecimentos humanístico, filosófico, cultural, psicológico, ideológico, social, científico e tecnológico, essenciais para integrar as competências já adquiridas durante a formação acadêmica e para o exercício da profissão. A organização do certame como um todo está sob a responsabilidade da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, comandada pelo 1º vice-presidente, Alexandre d’Ivanenko. A expectativa é incorporar os aprovados na carreira em 2017.



Aline Vasty Ferrandin	9,50
André da Silva Silveira	8,31
Bruno Medrado dos Santos	8,77
Camila Menegatti	8,85
Carolina Cantarutti Denardin	8,58
Felipe Agrizzi Ferraço	8,27
Felipe Nóbrega Silva	8,54
Flávia Carneiro de Paris	8,15
Guilherme Mazzuco Portela	9,04
Guilherme Silva Pereima	8,73
Heriberto Max Dittrich Schmitt	8,81
Jean Everton da Costa	8,62
Pedro Rios Carneiro	7,77
Rafael Resende Britto	8,69
Renata Pacheco Mendes	8,00
Tháise Siqueira Ornelas	8,23
Victor Luiz Ceregato Grachinski	8,46



Caçador recebe nova Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões

VEREDICTO

20/7/2016



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Torres Marques, acompanhado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Fontes, instalou neste mês a Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Caçador. Trata-se da quarta unidade jurisdicional daquela comarca. Todo o processo que envolveu a aprovação, criação e instalação da nova Vara ocorreu ainda na gestão do

desembargador Nelson Schaefer Martins na presidência do TJ. A comarca de Caçador tem abrangência sobre os municípios de Rio das Antas, Calmon e Macieira, todos localizados na região do Vale do Rio do Peixe. O juiz Yannick Caubet é o atual diretor do Foro, integrado por mais três magistrados. A juíza Lívia Francio Rocha Cobalchini, cujo pedido de opção foi aprovado pelo Pleno do TJ, será a primeira titular da nova unidade.

Des. Lédio entrega proposta para senador Berger transformar Lar Legal em lei federal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Torres Marques, recebeu recentemente, acompanhado pelo desembargador Lédio Rosa de Andrade, o senador catarinense Dário Berger. Na ocasião, o desembargador Lédio, coordenador do Lar Legal, entregou ao senador um projeto do programa com o objetivo de se criar uma legislação específica. “A ideia é fazer



uma legislação que possa atender Santa Catarina e estendê-la para outras regiões”, afirmou Berger. Há

nove anos na coordenação do Lar Legal, o desembargador Lédio enfatizou a importância da cessão de títulos de propriedade à população carente. “Além da valorização do lote, há uma melhora na autoestima dessas populações, que passam a ter endereço, a serem incluídas no sistema brasileiro e protegidas contra especulações jurídicas”, explicou.

Tribunal abre canal de interlocução com entidades da sociedade civil organizada

O Tribunal de Justiça recebeu no dia 14/7 grupo representativo da sociedade civil florianopolitana e catarinense para um colóquio sobre empreendedorismo, equilíbrio ambiental e segurança jurídica. Ao evento promovido pelo Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça compareceram, entre outros, o presidente da Fiesc, Glauco Corte, e a presidente da Associação FloripAmanhã, Anita Pires.



Em clima informal, foram passados em revista os atuais desafios do desenvolvimento urbano sustentável e discutida a realização de conclaves, com especialistas do mundo jurídico, em torno do tema. O desembargador João Henrique Blasi, coordenador do Núcleo de Comunicação Institucional do TJ, foi indicado como interlocutor do Tribunal de Justiça junto a essas entidades.

Poder Judiciário disciplina utilização da tornozeleira eletrônica em Santa Catarina

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Torres Marques, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Orofino Fontes, assinaram neste mês resolução conjunta que disciplina o monitoramento eletrônico de presos em Santa Catarina. A utilização do sistema será definida pelo magistrado da causa e aplicável nas situações de prisão provisória domiciliar ou como medida cautelar diversa da prisão, exclusivamente nos casos de crime grave,

reincidência ou para garantir o cumprimento de medida protetiva. Para tanto, serão utilizadas as chamadas tornozeleiras eletrônicas, afixadas ao corpo da pessoa de forma não ostensiva, as quais fornecerão dados geográficos para uma central responsável por averiguar o cumprimento dos limites físicos impostos por determinação judicial. O controle do monitoramento será incumbência do Departamento de Administração Prisional (Deap).

